



TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto

LOTE 1

- 1.1 Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de lavanderia dos itens abaixo relacionados, utilizados no Tribunal de Contas do DF.

<u>LOTE</u>	<u>ITEM</u>	<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>*QUANTIDADE</u>
<u>1</u>	<u>1</u>	Toalha de rosto	<u>4000</u>
	<u>2</u>	Beca	<u>20</u>
	<u>3</u>	Toga	<u>20</u>
	<u>4</u>	Toalha de banquete 1,30x4,00m	<u>60</u>
	<u>5</u>	Toalha de mesa 1,30x2,00m	<u>200</u>
	<u>6</u>	Painel	<u>30</u>

*Representa a quantidade anual de vezes que a peça deve ser lavada e/ou passada.

LOTE 2

- 1.2 – Contratação de empresa especializada para execução dos serviços especializados de lavanderia de roupas utilizadas no Núcleo de Apoio Assistencial do Tribunal de Contas do DF, conforme abaixo:

A quantidade anual estimada é de 600Kg de roupas

2. Justificativa

- 2.1 A proposta de contratação explicitada acima vislumbra a necessidade de atender a lavagem de roupas utilizadas no Núcleo de Apoio Assistencial do Tribunal de Contas do DF, material que requer ser lavado semanalmente, considerando a exigência da frequente reposição de peças.

3. Especificações técnicas

LOTE 1

- 3.1 As toalhas deverão ser lavadas com sabão em pó ou sabão neutro.
- 3.2 As becas e togas deverão ser lavadas a seco.
- 3.3 Na lavagem de toalhas brancas deve ser utilizado produto alvejante.
- 3.4 Utilizar produto acidulante para eliminar cheiro de água sanitária que por ventura tenha sido utilizada na lavagem da roupa.

LOTE 2

- 3.5 – Todos os itens constantes do Lote 2 deverão ser processados conforme os procedimentos descritos no Manual de Processamento de Roupas e Serviços de Saúde, editado pela Agência Nacional de Vigilância (ANVISA).
- 3.6 – Para fins do disposto no parágrafo anterior, considera-se processamento da roupa todos os passos requeridos para a coleta, transporte e separação da roupa suja, bem como aqueles relacionados ao processo de lavagem, secagem, calandragem, armazenamento e distribuição da roupa limpa.



04. Local e Condições de Entrega ou Execução

DO LOCAL

4.1 O material a ser lavado será recolhido no Tribunal de Contas do DF.

DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO:

4.2 A empresa licitada deverá assumir o compromisso de recolher os itens a serem lavados uma vez por semana, preferencialmente as terças-feiras, devolvendo impreterivelmente 02 (dois) dias após o recolhimento.

4.3 Conferir mediante a presença do responsável pelo recebimento, se o serviço foi executado de forma conveniente considerando o aspecto de limpeza das peças que foram submetidas a lavagem, refazendo o serviço sem prejuízo ao Contratante caso necessário.

4.4 Substituir. Em até 07 (dias), a contar da data do recebimento, as peças que por ventura tenham sofrido algum dano na execução da lavagem.

4.5 Para o Lote 2, recolher e embalar as peças utilizadas pelo núcleo de Apoio Assistencial separadamente das outras utilizadas no Tribunal.

4.6 A empresa Contratada não poderá afixar qualquer tipo de identificação comercial nas peças a serem lavadas.

05. Obrigações da Contratante

5.1 Notificar a empresa Contratada, por escrito, sobre qualquer defeito ou imperfeição observada no material.

5.2 Efetuar o pagamento à empresa Contratada pela execução dos serviços efetivamente demandados.

5.3 Disponibilizar todo o material a ser lavado no dia programado para o recolhimento.

06. Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada

6.1 A empresa Contratada além da entrega do material obrigará-se a:

a) executar diretamente os serviços contratados, não sendo admitida a transferência de responsabilidades para terceiros ou subcontratações não autorizadas pelo Tribunal;

b) recolher e entregar o material dentro do prazo previsto no contrato;

c) substituir, no prazo máximo de 07(sete) dias, as peças que por ventura possam ter sofrido algum dano na lavagem;

d) executar os serviços utilizando produtos específicos que não causem danos às peças a serem lavadas e/ou aos seus usuários;

e) responder pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiro ou subcontratados, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da prestação dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal.



07. Obrigações da Contratada

- 7.1 A empresa Contratada além da entrega do material obrigará-se a:
- a) executar diretamente os serviços contratados, não sendo admitida a transferência de responsabilidades para terceiros ou subcontratações não autorizadas pelo Tribunal;
 - b) recolher e entregar o material dentro do prazo previsto no contrato;
 - c) substituir, no prazo máximo de 07 (sete) dias, as peças que porventura possam ter sofrido algum dano na lavagem;
 - d) executar os serviços utilizando produtos específicos que não causem danos às peças a serem lavadas e/ou aos seus usuários;
 - e) responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros ou subcontratados, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da prestação dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal.
- 7.2 Manter todos os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá sempre que estiverem circulando nas dependências do TCDF, observando e respeitando suas normas de segurança interna;
- 7.3 Assumir toda a responsabilidade pelo transporte, carga e descarga dos produtos a serem lavados;
- 7.4 Responder, como única responsável, durante a vigência do Contrato, perante terceiros, pelos atos praticados pelos seus funcionários; excluindo o TCDF de qualquer reclamação ou indenização;
- 7.5 Não utilizar o nome do TCDF ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sem prévia e expressa anuência;
- 7.6 Manter durante a vigência do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.7 Acatar a fiscalização, a orientação e o gerenciamento dos trabalhos por parte do executor do contrato designado pelo TCDF;
- 7.8 Responder civilmente por danos e/ou prejuízos causados ao TCDF ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços contratados ou de atos dolosos ou culposos de seus empregados;
- 7.9 Recolher no prazo estabelecido, valores referentes a penalidades de multas que lhe sejam aplicadas por meio de procedimentos administrativos, decorrentes de descumprimento das obrigações contratuais;
- 7.10 Contratar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade os empregados necessários à perfeita execução dos serviços, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;
- 7.11 Os empregados da CONTRATADA não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o TCDF, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

08. Critério de avaliação e validade das propostas

- 8.1 Menor preço.



09. Do Instrumento de Ajuste

9.1 Sem prejuízo do Capítulo III da Lei nº 8.666/93, o Edital de Licitação, seu anexo, contendo este Termo de Referência, e a proposta do adjudicatário serão partes integrantes da nota de empenho de despesa, a qual substituirá o instrumento de contrato.

9.2 A recusa injustificada do adjudicatário em aceitar a nota de empenho, até 5 (cinco) dias após sua emissão, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas, e facultando ao TCDF convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação ou revogar a licitação.

9.3 É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste Termo de Referência.

10. Sanções

10.1 O atraso injustificado no fornecimento dos objetos sujeitará a Contratada à multa de mora, de acordo com os seguintes percentuais, garantida prévia defesa:

a) De 0,3% (três décimos por cento) ao dia, sobre o valor do fornecimento, quando a Contratada, sem justa causa, cumprir a obrigação assumida com atraso de até 30 (trinta) dias após o prazo estabelecido neste Termo de Referência;

b) De 0,6% (seis décimos por cento) ao dia, sobre o valor do fornecimento, quando a Contratada, sem justa causa, cumprir a obrigação assumida, com atraso superior a 30 (trinta) dias do prazo estabelecido na proposta. Este percentual incidirá, apenas, sobre o período que exceder ao trigésimo dia de atraso;

c) As multas previstas neste item serão calculadas considerando-se os dias consecutivos, a partir do dia útil imediatamente subsequente ao do vencimento;

d) No caso de multa moratória, será observado o limite mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) para sua cobrança, exceto quando for necessária, além da referida multa, a aplicação de uma das penalidades prevista no art. 87 da Lei nº 8.666/93;

e) O valor da multa de mora limitar-se-á a 15%(quinze por cento) do valor do fornecimento.

10.2 Pela Inexecução total ou parcial do contrato o Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

I – Advertência;

II - Multa:

a) De 15% (quinze por cento), sobre o valor do fornecimento, e cancelamento da Nota de Empenho, quando decorridos 30 (trinta) dias de inadimplemento e caracterizada a recusa ou impossibilidade da Contratada em fornecer o produto;

b) De 15% (quinze por cento) sobre o valor do fornecimento, quando a Contratada recusar retirar ou aceitar o instrumento de contrato ou equivalente,



caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida na forma do art. 81 da Lei 8.666/93;

c) A multa prevista na alínea “a”, deste item, incidirá ainda nos casos em que a Contratada, sem motivo de força maior ou caso fortuito devidamente comprovado, solicitar o cancelamento antes ou depois de decorridos 30 (trinta) dias de atraso.

III - Suspensão do direito de participar de licitações com o Contratante pelo prazo de até 2 (dois) anos; e

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.3 As sanções previstas nos incisos III e IV do item 10.2, poderão também ser aplicadas à Contratada que:

a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) Tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos desta licitação

c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com o Contratante em virtude de atos ilícitos praticados.

10.4 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.2 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo item, facultada a defesa prévia da interessada, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, e serão aplicadas pela Autoridade Competente.

10.5 As multas tratadas nesse Capítulo serão descontadas do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ou na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas pela Contratada mediante depósito em conta corrente do Contratante ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.6 A licitante deverá ter um responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, devendo apresentar o registro desse profissional junto ao respectivo Conselho;

10.7 Será considerado habilitado para a atividade de responsabilidade técnica, o profissional que possuir comprovação oficial de competência para exercer tal função, emitida pelo seu conselho profissional;

10.8 A empresa licitante deverá possuir registro junto ao conselho profissional do seu responsável técnico;

10.9 A licitante deverá possuir licença para funcionamento da empresa emitida pela autoridade sanitária e ambiental competente;

11. A licitante deverá possuir Registro Sanitário, válido, expedido pela autoridade sanitária ambiental;

11.1 Registro da empresa no Conselho Regional a que estiver vinculada, comprovando a sua habilitação legal para o exercício das atividades de controle de praga urbana;

11.2 Poderão participar pessoas jurídicas que explorem ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atendam às condições exigidas na Resolução – RDC nº 052, de 22 de outubro de 2009, pertinentes ao serviço de controle de vetores e pragas urbanas.



11.3 os demais casos obedeceram a seguinte tabela de multa :

ITEM	INFRAÇÃO	
GRAU 1		
0,2 (DOIS DÉCIMOS POR CENTO)		Obrigações Contratuais Correspondentes
01	Deixar de recolher as peças a serem lavadas no local pré determinado pelo Contratante.	Item 4.1 do Termo de Referência
02	Deixar de realizar a coleta e a entrega das peças a serem lavadas dentro do prazo determinado.	Item 4.2 do Termo de Referência.
GRAU 2		
0,4% (QUATRO DÉCIMOS POR CENTO)		Obrigações Contratuais Correspondentes
03	Utilizar produtos de limpeza ou outros produtos químicos na lavagem das peças, que venham a causar danos aos usuários das roupas.	Alínea “d” do item 6.1 do Termo de Referência.
04	Deixar de repor, mediante solicitação do Executor e no prazo máximo de 07(sete dias), o material danificado.	Alínea “c” do Item 6.1 do Termo de Referência.
05	Deixar de refazer, sem acréscimo ao preço contratado, os serviços considerados insatisfatórios pelo Executor do Contrato, por serviço não realizado.	Itens 4.3 do Termo de Referência.
GRAU 3		
0,8% (OITO DÉCIMOS POR CENTO)		Obrigações Contratuais Correspondentes
06	Transferir a responsabilidade da execução dos serviços à terceiros ou subcontratados sem a anuência do Contratante.	Alínea “a” do item 6.1 do Termo de Referência.
07	Afixar qualquer tipo de comercial ou identificação nas peças a serem lavadas.	Item 4.6 do Termo de Referência.
GRAU 4		
1,6% (UM VÍRGULA SEIS DÉCIMOS POR CENTO)		Obrigações Contratuais Correspondentes
09	Deixar de responder pelos danos causados diretamente à Administração, ou ainda a terceiros, por ocorrência.	Alínea “e” item 6.1 do Termo de Referência.
10	Deixar de cumprir as obrigações decorrentes da execução do serviço.	Conforme Edital



11.4 No caso de multa, será observado o limite mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) para sua cobrança, exceto quando for necessária, além da referida multa, a aplicação de uma das penalidades previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

12. Habilitação:

12.1 Para participar do certame, o licitante deverá apresentar, em plena validade, os seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa de Débitos (CND) para com a Previdência Social, expedida pelo INSS, para contratação com o serviço público, em plena validade;
- b) Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela CEF, em plena validade;
- c) Certidão negativa de débitos, emitida pela Secretaria da Fazenda e Planejamento do GDF, em plena validade, para empresas com estabelecimento no Distrito Federal. Para empresas sem matriz ou filial no DF, apresentar prova de regularidade com a Fazenda Estadual de seu domicílio ou sede, somente para os tributos relativos à atividade licitada, nos termos do art. 193 do Código Tributário Nacional.

12.2 A licitante deverá ter um responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, devendo apresentar o registro desse profissional junto ao respectivo Conselho;

12.3 Será considerado habilitado para a atividade de responsabilidade técnica, o profissional que possuir comprovação oficial de competência para exercer tal função, emitida pelo seu conselho profissional;

12.4 A empresa licitante deverá possuir registro junto ao conselho profissional do seu responsável técnico;

12.5 A licitante deverá possuir licença para funcionamento da empresa emitida pela autoridade sanitária e ambiental competente;

12.6 A licitante deverá possuir Registro Sanitário, válido, expedido pela autoridade sanitária ambiental;

12.7 Registro da empresa no Conselho Regional a que estiver vinculada, comprovando a sua habilitação legal para o exercício das atividades de controle de praga urbana;

12.8 Poderão participar pessoas jurídicas que explorem ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atendam às condições exigidas na Resolução – RDC nº 052, de 22 de outubro de 2009, pertinentes ao serviço de controle de vetores e pragas urbanas.

13. Custos

13.1 A estimativa de custos para a execução dos serviços referente ao próximo exercício é de :

1º lote R\$ 14.000,00 (quatorze mil).

2º lote R\$ 6.000,00 (seis mil reais).



14. Nome e função do responsável pelo termo de referência

Nome: william vitoriano

Função: Chefe do Serviço de Segurança e Suporte Operacional

15. Local e Data

Brasília-DF, 30 de setembro de 2013.